



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. GILBERTO KASSAB)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dá nova redação ao inciso I do art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

DESPACHO:

22/02/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 01/03/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO

ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 2.440 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.440, DE 2000
(DO SR. GILBERTO KASSAB)

Dá nova redação ao inciso I do art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

I – os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados; havendo coligação, é facultada a opção de registro também do número identificador do candidato a vice, quando for o caso, mesmo que de partido distinto, podendo o voto recair em qualquer dos candidatos;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Numa ampla democracia como vive o Brasil, parece incoerente obrigar-se o eleitor, na hora do voto, quer na urna eletrônica, quer na votação manuscrita, conhecer o número do candidato "cabeça de chapa".

Muitas vezes, principalmente nas cidades menores, o candidato a vice é também bastante conhecido e tem condições de trazer votos. No sistema atual, o beneficiado é sempre o candidato principal, além de ser considerado nulo o voto dado ao candidato a vice, já que ele será entendido como inexistente. Com a alteração proposta, muito mais estará sendo respeitada a chamada intenção de voto, já que, apesar de a chapa ser única e indivisível, o eleitor terá a opção de votar no candidato a vice, e ter seu voto computado.

A presente proposta pretende apenas possibilitar ao eleitor o aproveitamento do voto, respeitada a sua intenção também quando indicado o candidato a vice.

Com as tecnologias já implantadas e em uso pela Justiça Eleitoral, não será difícil uma adequação dos programas de "software" às alterações aqui propostas.

Assim, contamos com o apoio dos nossos ilustre Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 10 de DEZEMBRO de 2000.

Deputado GILBERTO KASSAB

00063511.113

Lote: 80
PL Nº 2440/2000
3
Caixa: 105

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 10 de 02 de 2009 às 16:37
Nome: [assinatura]
Porto: 3861



LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES.

Do Registro de Candidatos

Art. 15. A identificação numérica dos candidatos se dará mediante a observação dos seguintes critérios:

I - os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados;

II - os candidatos à Câmara dos Deputados concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de dois algarismos à direita;

III - os candidatos às Assembleias Legislativas e à Câmara Distrital concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados acrescido de três algarismos à direita;

IV - o Tribunal Superior Eleitoral baixará resolução sobre a numeração dos candidatos concorrentes às eleições municipais.

§ 1º Aos partidos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior, e aos candidatos, nesta hipótese, o direito de manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior para o mesmo cargo.

§ 2º Aos candidatos a que se refere o § 1º do art. 8, é permitido requerer novo número ao órgão de direção de seu partido, independentemente do sorteio a que se refere o § 2º do art. 100 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

§ 3º Os candidatos de coligações, nas eleições majoritárias, serão registrados com o número de legenda do respectivo partido e, nas eleições proporcionais, com o número de legenda do respectivo partido acrescido do número que lhes couber, observado o disposto no parágrafo anterior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.440/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 23/06/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2000

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário



Câmara dos Deputados



REQ 390/2003

Autor: Gilberto Kassab

Data da
Apresentação: 12/03/2003

Ementa: Requer o desarquivamento de proposições.

Forma de
Apreciação:

Despacho: DEFIRO, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento das PECs 175/99, 176/99, 177/99 e 560/02, dos PLs 867/99, 1621/99, 1952/99, ~~2440/00~~, 3571/00, 4754/01, 5055/01, 5056/01, 5057/01 e 5058/01, bem como do REC 240/02. INDEFIRO o desarquivamento dos PLs 2494/00 e 2779/00, por haverem sido arquivados definitivamente; do SBT-1 CCTI (PL 6162/02), em vista de se tratar de proposição acessória; assim como da INC 2523/01, em razão de sua tramitação já se haver esgotado. DECLARO PREJUDICADO o Requerimento quanto ao PL 5793/01, em virtude de já haver sido desarquivado. Oficie-se e, após, publique-se.

Regime de
tramitação:

Em 24/03/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

390/03

Requerimento

(Do Senhor Deputado Gilberto Kassab)

"Requer o desarquivamento de proposições."

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero à Vossa Excelência o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas:

PEC - 175 / 1999 ✓	PEC - 176 / 1999 ✓
PEC - 177 / 1999 ✓	PL - 867 / 1999 ✓
PL - 1621 / 1999 ✓	PL - 1952 / 1999 ✓
PL - 2440 / 2000 ✓	PL - 2494 / 2000
PL - 2779 / 2000	PL - 3571 / 2000 ✓
PL - 4754 / 2001 ✓	PL - 5055 / 2001 ✓
PL - 5056 / 2001 ✓	PL - 5057 / 2001 ✓
PL - 5058 / 2001 ✓	PL - 5793 / 2001
INC - 2523 / 2001	REC - 240 / 2002 ?
PEC - 560 / 2002 ✓	SBT -1 CCTI > PL 6162 /2002

Sala de Sessões, em 11 de março de 2003.

Gilberto Kassab

Deputado Gilberto Kassab

12/03/03



97C4727B18



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.440, DE 2000

NÃO APRECIADO

Dá nova redação ao inciso I do art. 15 da Lei nº 9.504, de 10 de setembro de 1997.

Autor: Deputado GILBERTO KASSAB

Relatora: Deputada ZULAIÊ COBRA

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do ilustre Deputado GILBERTO KASSAB, que intenta dar nova redação ao inciso I do art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos seguintes termos:

"Art. 15.

I – os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados; havendo coligação, é facultada a opção de registro também do número identificador do candidato a vice, quando for o caso, mesmo que de partido distinto, podendo o voto recair em qualquer dos candidatos;" (NR)

Na sua justificação, o nobre proponente aduz, em síntese, que "a presente proposta pretende apenas possibilitar ao eleitor o aproveitamento do voto, respeitada a sua intenção também quando indicado o candidato a vice".

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso III, alíneas "a" e "e", do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre as proposições quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, também, quanto ao mérito.

Em que pese ao louvável propósito que gerou o presente projeto de lei, não pode ele prosperar, em face de sua desconformidade com a sistemática da Constituição de 1988 e da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral).

Com efeito, estabelecem o art. 77, § 1º, da Lei Maior, e o art. 178, do Código Eleitoral, *"in verbis"*:

"Art. 77.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado." (grifos nossos)

"Art. 178 O voto dado ao candidato a Presidente da República estender-se-á dado também ao candidato a Vice-Presidente, assim como o dado aos candidatos a Governador, Senador, Deputado Federal nos Territórios, Prefeito e Juiz de Paz, estender-se-á a dado respectivo vice ou suplente" (grifos nossos).

Como se vê do preceito constitucional acima transcrito, o Vice-Presidente tem necessariamente sua candidatura vinculada à de um candidato a Presidente. Por isso, a sua eleição resulta da escolha pelo eleitorado de um determinado candidato para Presidente da República. Daí por que o candidato a Vice-Presidente deve ser registrado com um candidato a Presidente, e vice-versa.

Nesta esteira, cite-se o art. 28, *"in fine"*, do Texto Supremo, que, para eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, determina seja "observado, o quanto ao mais, o disposto no art. 77".

O preceito legal, também supratranscrito, está em simetria com o mandamento constitucional, estendendo a obrigatoriedade da vinculação da candidatura do Vice-Governador e do Vice-Prefeito, respectivamente, ao do Governador e ao do Prefeito, no caso dos cargos majoritários.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A alteração ora alvitada discrepa, pois, da sistemática constitucional e legal vigente, ao propor a opção de o eleitor votar também no vice e ter o seu voto computado.

Ante o exposto, nosso voto é pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 2.440, de 2000, restando prejudicada a análise dos demais aspectos pertinentes a esta Comissão.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2000.


Deputado ZULAIÉ COBRA
Relator




CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**PROJETO DE LEI Nº 2.440/00**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 04/08/2003 a 14/08/2003. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2003.


Rejane Salete Marques
Secretária